

Introdução

UNIDADE 6 – Sociedade do Controle, violência e cidade

Parabéns! Você está entrando na última Unidade do Módulo 1. Nesta Unidade vamos tratar dos seguintes temas: O adensamento populacional das cidades; A "favelização" dos grandes centros urbanos; Os tipos de violência; Os efeitos da violência na cidade; O Controle Social e a Sociedade do Controle; A Segurança Pública como controle de Estado; e A Sociedade vigiada: controle midiático.

Com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre o tema dessa Unidade, convido você a me acompanhar nos textos a seguir.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Introdução

Proponho a você estudar o tema dessa Unidade a partir de uma inversão lógica do próprio título. Primeiramente, veremos um pouco sobre a cidade, seu crescimento, a segregação social e os problemas provocados pelo crescimento populacional vertiginoso nos grandes centros urbanos.

Em seguida, compreenderemos mais um pouco o fenômeno da violência, a partir da ótica urbana, isto é, da perspectiva da cidade.

Ao final, após passarmos pelos temas da cidade, da violência urbana, analisaremos a questão do controle social como forma de manter essa cidade sob condições de segurança, de tal modo que ela não entre em colapso social.

Os índices de violência nos grandes centros urbanos têm sido tão intensos que a sociedade urbana passa a ser conhecida também como a sociedade do controle.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

A Cidade

1. Cidade

Cidades e metrópoles se diferenciam por seu tamanho e complexidade urbana. Enquanto as cidades são as sedes de determinados municípios, independente do número de habitantes que possam ter, as metrópoles, por sua vez, são cidades com população absoluta superior a 1 milhão de habitantes. (FREITAS, 2010).

Atualmente as cidades estão entrando num processo de verticalização, que é o processo próprio dos centros urbanos que têm suas construções físicas expandidas de modo vertical. Verticalização, portanto, é o fenômeno da transformação arquitetônica de uma cidade. Geralmente, ocorre por falta de área geográfica comprometida provocando uma mudança da forma horizontal das construções para a verticalização.

As cidades de grande porte, isto é, as metrópoles, têm provocado um processo de segregação social àqueles menos privilegiados socialmente. Tal fato pode ser verificado em vários espaços destinados a produzir a apartação.

Os grandes shoppings centers são considerados, por exemplo, espaços de apartação social. Algumas classes sociais não têm acesso ao seu interior por causa de uma série de mecanismos destinados propositalmente a apartar socialmente as classes indesejadas. Isso pode ser observado na distância em que os shoppings estão dos grandes centros urbanos, a vigilância dentro e fora dos shoppings para abordar qualquer pessoa "suspeita", o custo dos objetos à venda dentro dos shoppings, etc.

As cidades têm crescido bastante nas últimas décadas. Com esse crescimento, também tem aumentado os problemas próprios da urbanidade. As cidades absorveram quase dois terços da explosão populacional global nos últimos 60 anos. Em 1950, havia 86 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes. Hoje são 400, e em 2015 serão pelo menos 550 cidades no mundo com mais de 1 milhão de habitantes. (Davis, 2007, p.13).

O aumento populacional das cidades

1.1 O aumento populacional

Nesse cenário de intenso crescimento global dos centros urbanos, “a força de trabalho urbana do mundo mais que dobrou desde 1980, e a população urbana atual de 3,2 bilhões de pessoas é maior do que a população total do mundo quando John F. Kennedy tomou posse” (DAVIS, 2006, p. 14).

O meio rural em todo o mundo alcançou sua população máxima e, segundo estimativas dos demógrafos, começará a diminuir a partir de 2020, conquanto a tecnologia já tenha alcançado o meio rural. Ainda assim as pessoas estão preferindo viver nas cidades. (DAVIS, 2006, p. 14). “As cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, cujo pico, de cerca de 10 bilhões de habitantes, espera-se que aconteça em 2050” (DAVIS, 2006, p. 14).

Estuda-se hoje o fenômeno do surgimento das megacidades (cidades com mais de 8 milhões de habitantes) e, ainda o das hipercidades, cuja população ultrapassa os 20 milhões de habitantes.

A publicação Far Eastern Economic Review estima que, em 2025, a Ásia, sozinha, poderá ter dez ou onze hipercidades como: Jacarta (24,9 milhões), Daca (25 milhões) e Karachi (26,5 milhões). Prevê-se que Mumbai (Bombaim) atinja 33 milhões de habitantes, embora não se saiba se concentrações de pobreza tão gigantescas são sustentáveis em termos biológicos e ecológicos. (DAVIS, 2006, p. 16).

“As cidades que explodem no mundo em desenvolvimento também criam novos e impressionantes corredores, redes e hierarquias. A Região Metropolitana Ampliada Rio-São Paulo (RMARSP) inclui as cidades de tamanho médio no eixo viário de 500 quilômetros entre as duas maiores metrópoles brasileiras”. (DAVIS, 2006, p. 16).

O crescimento rápido das cidades tem se dado acima de sua capacidade para abrigar sua população. Tal fato tem gerado uma acomodação populacional em precária situação, dando origem às favelas, geralmente na periferia das grandes cidades ou em bolsões de mata no interior de metrópoles.

A "favelização" dos grandes centros urbanos

1.2 A "favelização" dos grandes centros urbanos

Ao analisar o crescimento das cidades em todo o planeta, observa-se que "desde 1970, o crescimento das favelas em todo o hemisfério sul ultrapassou a urbanização propriamente dita" (DAVIS, 2006, p. 27). O Brasil não fica atrás. As favelas de São Paulo cresceram na década de 1990 no ritmo impressionante de 16,4% ao ano. Em 1973, 1,2% da população são paulina era de favelados. Em 1993 essa população já significava 19,8% em relação a toda a cidade. (IMPARATO, RUSTER, 2003, p. 333).

Na Amazônia brasileira, grandemente privada de serviços públicos e transporte municipal, as favelas crescem com mais velocidade do que no restante do mundo. De acordo com pesquisa realizada por Browder e Godfrey, 80% do crescimento das cidades da Amazônia tem-se dado nas favelas. (BROWDER; GODFREY, 1997, p.130).

Em todo o mundo, o crescimento das cidades tem provocado o aumento das regiões urbanas periféricas, desprovidas da maior parte dos bens comuns fundamentais para que a cidadania se efetive. Em geral, falta água potável e encanada, rede de esgotos, energia elétrica, assistência médico-hospitalar, escolas, policiamento, etc. As favelas crescem num ritmo frenético. Estudos revelam que "as favelas indianas continuam a crescer 250% mais depressa do que a população em geral." (HASAN, 1996, p. 34). "Os demógrafos estimam que em 2015, a África negra terá 332 milhões de favelados, número que continuará a dobrar a cada quinze anos" (DAVIS, 2006, p.28).

Diante desse crescimento vertiginoso dos grandes centros urbanos, provocando o que alguns demógrafos estão chamando de "favelização" do planeta, há de se considerar algumas consequências desse adensamento populacional nas cidades.

Primeiramente, o adensamento populacional nas cidades tem provocado um esgotamento dos recursos naturais. Tanto a flora como a fauna ficam comprometidas, bem como as fontes hídricas.

O adensamento populacional nos centros urbanos também provoca uma intensificação das taxas criminais. Quanto mais pessoas convivendo juntas, maior a probabilidade do surgimento de conflitos. O fato de uma cidade ser de pequeno porte não elimina as manifestações de violência em sua área. Entretanto, quanto maior a cidade, mais complexas são as relações sociais, produzindo, enfim, uma maior probabilidade de conflitos.

Em terceiro lugar, é preciso considerar ainda a perda acelerada da qualidade de vida. A concentração populacional numa determinada região compromete o uso de água potável, além da perda de qualidade pela ausência ou ineficiência das redes de esgoto, bem como o consumo excessivo de energia elétrica.

"Metade das favelas de São Paulo fica às margens dos reservatórios que fornecem água à cidade. Isso põe em risco a saúde pública, já que os invasores lançam os seus resíduos diretamente nos reservatórios ou os riachos que lhes fornecem água. Os sistemas de controle de qualidade da rede de água municipal têm sofrido problemas numerosos nos últimos anos. Além de aumentar a cloração da água para impedir doenças entéricas, mal conseguem controlar a proliferação de algas, já que elas crescem demasiado com o acúmulo de material orgânico" (TASCHNER, 1995, p. 193; GALVÃO, 2003, p. 10)

O adensamento populacional provoca também um excesso de ruído gerador de poluição sonora, acarretando enfermidades nos indivíduos da região, a médio e a longo prazo.

O adensamento populacional nas cidades provoca também um aumento e uma sobrecarga nas horas de trabalho, pois a

demanda por bens e serviços é alta.

Os grandes centros urbanos produzem ainda uma perda gradual de contato (mesmo o contato social primário) com a família. O contato social primário é aquele em que envolve algum tipo de afetividade.

É nas grandes cidades também que se observa um colapso dos espaços burocráticos: fóruns, cartórios, entre outras instituições públicas.

É preciso considerar também que o adensamento populacional das grandes cidades provoca o estrangulamento da malha viária e o consequente aumento da violência no trânsito.

Além disso, é preciso considerar a elevação da temperatura ambiental. As grandes cidades promovem um aquecimento climático advindo das estruturas de concreto, da manta asfáltica das estradas, do desmatamento, do excesso de uso de aparelhos elétricos, etc.

Portanto, somos seres sociais vivendo, na maior parte das vezes, nas cidades. Para que o meio urbano não se transforme num ambiente social hostil é preciso cuidar dele de tal modo que não se transforme num ambiente de violência.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

A Violência

2. Violência

Uma vez que a maior parte da população global vive no meio urbano, é nesse ambiente que se observa o maior número de manifestações de violência. A cada dia somos confrontados com dados assustadores, quando se trata de violência. Por exemplo: quando se trata de analisar os homicídios de crianças e jovens no Brasil, percebe-se um percentual alto. De 1980 e 2002, (portanto, 22 anos) o número de homicídios entre crianças e adolescentes de 0 a 19 anos representou 16% do total de homicídios em todo país. (TOURINHO;CARDIA; SANTOS, 2007, p.41) Do total de óbitos por homicídios ocorridos nesse período, 88,4% foram do sexo masculino. Considerando o tipo de arma usada, 59,8% dos homicídios foram por arma de fogo, 21,1% por outros instrumentos e 19,1% por instrumentos não especificados. (TOURINHO;CARDIA; SANTOS, 2007, p. 42).

Quando se trata de analisar a violência contra a mulher, em níveis mundiais, percebemos mais detalhadamente a gravidade do fenômeno. De acordo com o Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde (2002), quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, seja este seu companheiro atual ou não. Esse tipo de violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres de 15 a 44 anos no mundo. Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada. (OMS, 2002). Veja aqui vídeo sobre a violência contra a mulher.

Estes são apenas alguns dados, à guisa de exemplo, para que percebamos a gravidade do assunto violência.

Segundo o Dicionário Houaiss, violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”.

Ora, violência é um conceito muito amplo. É bem mais do que uma constatação de que a violência é a imposição de dor, a agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido. O que é dor para um pode não ser para outro.

As formas de violência, tipificadas como violação da lei penal, como assassinato, sequestro, roubo e outros tipos de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio, constituem um grupo, dentro do fenômeno da violência, que se convencionou chamar de violência urbana, porque se manifesta principalmente no espaço das grandes cidades. Um fenômeno novo da violência urbana trata dos conflitos urbanos previamente agendados.

Veja no vídeo a prisão de vários adolescentes que tinham como hábito marcar dia e hora, no Parque da Cidade em Brasília, para a realização de brigas.

A violência urbana, no entanto, não compreende apenas os fenômenos tipificados como crimes, mas também todos os efeitos psicológicos que provoca sobre as pessoas. Sendo assim, a violência urbana interfere no tecido social, prejudica a qualidade das relações sociais, pois os indivíduos de uma sociedade permeada pela violência tornam-se desconfiados de seus pares, e se isolam em sua própria área de atuação, pois ali se julgam seguros.

Sociedades marcadas pela violência caracterizam-se por indivíduos cujas residências se tornam cada vez mais encasteladas,

com muros altos, cães de guarda, grades de proteção nas janelas e portas, cercas elétricas, alarmes, segurança particular, etc.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

A Violência

Na última década, a violência tem estado presente em nosso dia-a-dia, no noticiário e em conversas com amigos. Todos conhecem alguém que sofreu algum tipo de violência. Há diferenças na visão das causas e de como superá-las, mas a maioria dos especialistas no assunto afirma que a violência urbana é algo evitável, desde que políticas de segurança pública e social sejam colocadas em ação. É preciso atuar de maneira eficaz tanto em suas causas primárias quanto em seus efeitos. É preciso aliar políticas sociais que reduzam a vulnerabilidade dos moradores, principalmente os das periferias. Uma tarefa que não é só do Poder Público, mas de toda a sociedade.

Quando se trata de estudar o fenômeno violência é preciso estar atento ao fato de que a violência física é uma manifestação espetacular limitada a ocorrências em menor escala. A violência mais abrangente, forte e densa é a violência psicológica, moral, ética e verbal. Esta se realiza no cotidiano, nas relações sociais de modo invisível, sempre sutil, na maior parte das vezes, imperceptível aos que estão ao lado da vítima e do agressor. É a violência velada, implícita, na qual – em geral somente o agressor e a vítima têm consciência das agressões infringidas e da vitimização ocorrida. “Mesmo oculta, não-verbal, abafada, a violência transpira através dos não-ditos, dos subentendidos, das reticências, e exatamente por isso é um vetor de angústia” (HIRIGOYEN, 2002, p. 112).

Sendo assim, é importante que se tenha consciência de que a violência ocorrida num ambiente de privação de liberdade é menos visível do que se pode perceber num primeiro momento. A violência nesses ambientes é construída em um mundo complexo e dissimulado, inacessível ao observador desatento e incapaz de, dialeticamente, envolver-se e distanciar-se. Possivelmente será vista apenas a manifestação da violência óbvia em um ambiente de privação de liberdade, qual seja, a violência física, cujas feridas, bem ou mal, são cicatrizadas com o tempo. A maior e mais significativa manifestação da violência encontra-se no âmbito psicológico.

A Organização Mundial da Saúde propõe uma tipificação da violência estratificada em três níveis principais. A partir desses níveis, é possível identificar outras subcategorias, bem como classificá-las de acordo com sua natureza. De acordo com a OMS, a violência estratifica-se em: 1) Violência Auto-infligida, 2) Violência Interpessoal, 3) Violência Coletiva.

A violência infligida se subdivide em a) Conduta suicida, b) Auto-abuso. A violência interpessoal, por sua vez, se subdivide em: a) família/ companheiro(a), b) Comunidade. Isso significa que a violência interpessoal pode ocorrer a partir da família/companheiro(a) ou a partir da comunidade vicinal – os vizinhos. Em se tratando da violência em família, suas vítimas são as crianças, os idosos, ou o cônjuge – o(a) companheiro(a). Já a violência interpessoal ocorrida a partir da comunidade é realizada por meio de conhecidos ou desconhecidos. Por fim, a violência coletiva se subdivide em a) social, b) política, c) econômica.

A natureza da violência pode ser de ordem: 1) física, 2) sexual, 3) psicológica, ou 4) privação ou negligência. Destas quatro, apenas a de ordem sexual não se aplica na conduta suicida e no auto-abuso. Todas as demais se aplicam nas outras categorias. Para compreender melhor essa tipologia, [veja o gráfico, clicando aqui](#).

Sociedade do Controle

3. Sociedade do Controle

A expressão “controle social” geralmente é voltada para o estudo do “conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados” (BOUDON; BOURRICAUD, 1993:101). Isso significa que manter o controle social é utilizar todos os recursos possíveis para que os indivíduos de uma determinada sociedade se conformem com o *status quo* legitimado por essa sociedade. “São vários os meios de controle social, eles podem ser públicos ou privados e seu objetivo é proteger a ordem e defender a sociedade dos comportamentos considerados perigos” (COUTINHO, 2010, p.2).

Ora, numa sociedade, cujas taxas de violência estão cada vez mais altas, é imprescindível que se aumente também o controle social para que essa violência se mantenha dentro de limites suportáveis. Para tanto, a sociedade moderna tem utilizado todos os meios possíveis, entre os quais os meios tecnológicos, como câmeras de filmagens on-line, radares de alta velocidade, produtos químicos para desvelamento de pistas antes invisíveis, chips de rastreamento de veículos, sem considerar o controle do Estado sobre o CPF dos indivíduos, cartão de crédito e débito, etc. [Clique aqui e veja trechos de reportagens](#) mostrando o controle social por meio de câmeras de filmagens em cidades brasileiras e no exterior.

A sociedade mantém controle rígido sobre seus membros. Contudo, a violência continua crescendo nos centros urbanos. Curiosamente, os telejornais noticiam assaltos e furtos, filmados por câmeras, cujos protagonistas agem com desenvoltura e desinibição, mesmo sabendo que estão sendo vigiados.

Sociedade do Controle

Anthony Giddens observa que os mecanismos de vigilância são uma das principais dimensões institucionais da modernidade. A modernidade é caracterizada pela vigilância social. Ser moderno é ser vigiado. Para Giddens, a concentração administrativa que caracteriza os Estados modernos em geral “depende do desenvolvimento de condições de vigilância bem além daquelas características das civilizações tradicionais” (GIDDENS, 1991, p. 63). Para ele, a vigilância se refere à supervisão das atividades da população súdita (...) de modo direto – em instituições como as prisões, as escolas, os locais de trabalho, etc. – e, sobretudo, de modo indireto, fundamentada no controle da informação (GIDDENS, 1991, p. 63).

A sociedade do controle utiliza os aparatos de segurança pública, sobretudo por meio da tecnologia midiática, sempre com o propósito de dirimir as altas taxas de violência. O uso da mídia para conter a violência tem sua importância, uma vez que imagens, além de serem mais contundentes que as palavras, pois falam por si mesmas, também têm o poder de produzir uma comoção social.

A informação “transformada em imagens” produz um efeito de dramatização suscetível de suscitar muito diretamente emoções coletivas, “porque “[...] as imagens exercem um efeito de evidência muito poderoso: mais do que o discurso, sem dúvida, elas parecem designar uma realidade indiscutível; mesmo que sejam, igualmente, o produto de um trabalho mais ou menos explícito de seleção e de construção” (CHAMPAGNE, 1993, p. 62).

Uma sociedade que busca manter o controle sobre a violência não pode prescindir do aparato policial para manter a ordem e a segurança. Portanto, Segurança Pública passa principalmente pela força policial, mas não apenas por ela. Segurança Pública também diz respeito à iluminação pública, à ausência de terrenos baldios e repletos de mato nos quais criminosos podem se esconder para aguardar novas vítimas. Segurança Pública se evidencia pela construção de uma malha viária urbana, de modo a evitar os estreitos caminhos e atalhos construídos por pedestres.

Como vimos, Segurança Pública passa também pelo viés da tecnologia, da vigilância midiática. Ora, apenas a força policial não será capaz de combater a violência numa determinada sociedade. É preciso um esforço conjunto de todas as frentes do Estado, associadas à sociedade, utilizando-se de todos os meios possíveis para que se mantenha o controle social.

Em cidades cada vez maiores, com uma densidade populacional sempre crescente, com o aumento da pobreza e o enfavelamento dos grandes centros urbanos, é preciso uma atuação conjunta do Estado e Sociedade no enfrentamento desse quadro. Para diminuir a violência, entre outras ações e políticas públicas voltadas para a educação, saúde, emprego e moradia, é imprescindível haver uma sociedade do controle em todas essas áreas, principalmente quanto à violência urbana.

Referências bibliográficas Unidade 6

- ALVAREZ, Marcos César. Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica. São Paulo em Perspectiva, 18(1): 168-176, 2004
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo: Ática, 1993. 653p.
- BROWDER, John; GODFREY, Brian. Rainforest Cities: Urbanization, Development and Globalization of the Brazilian Amazon. Nova York: Columbia University, 1997.
- CHAMPAGNE, Patrick. "La vision médiatique". in: BOURDIEU, Pierre (Org.), La misère du monde. Paris: Seuil, 1993.
- COUTINHO, Ana Helena Cardoso. Controle social, violência urbana e Direitos humanos. Relatório Final. Departamento de direito. Disponível em: <
http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2006/relatorio/CCS/Dir/DIR_02_Ana%20Helena%20.pdf >. Acesso em: 31 de maio de 2010
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FREITAS, Eduardo. Equipe Brasil Escola.
<http://www.brasilecola.com/brasil/urbanizacao.htm> Acesso em 26 de maio de 2010.
- GALVÃO, Luis. A Water Pollution Crisis in the Americas, Habitat Debate, Sept. 2003. Um-Habitat / Unided Nations Human Settlements Programme.<http://ww2.unhabitat.org/hd/hdv9n3/10.asp#americas> Acesso em 28 de maio de 2010.
- GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Edunesp, 1991.
- HASAN, Arif. Introduction in KHAN, Akhtar Hameed. Orangi Pilot Project: reminiscences and reflections. Karachi: Oxford University, 1996.
- HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- IMPARATO, Ivo; RUSTER, Jeff. Slum Upgrading and Participation: Lessons from Latin America. Washington: Work Bank, 2003.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud, 2002
http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_es.pdf Acesso em 28 de maio de 2010.
- POPULATION INFORMATION PROGRAM, Center for Communication Programs, The Johns Hopkins Bloomburgs School of Public Health, Meeting the Urban Challenge, Population Reports, v.30, n. 4, Baltimore, outono (set.-nov.) de 2002, p.1.
- PORTAL VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=606&catid=20:sobre-a-violencia-contra-a-mulher acesso em 24 de maio de 2010.

TASCHNER, Suzana. "Squatter Settlements and Slums in Brazil", in ALDRICH, Brian; SANDHU, Ranvinder (Orgs.). Housing the Urban Poor: policy and practice in developing countries. London: Taschen, 1995.

TOURINHO, Maria Fernanda Peres; CARDIA, Nancy; SANTOS, Patrícia Carla. Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil, 1980 a 2002. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/Universidade de São Paulo-NEV/USP, 2006.
http://www.ovp-sp.org/relatorio_nevusp_homicidios_jovens.pdf acesso em 24/05/10

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte